



BOLETIM INFORMATIVO

Janeiro/Fevereiro de 2007

EDITORIAL

2007 - Ano importante para a Agricultura Portuguesa, mas...

O ano de 2007 é um ano importante para a Agricultura Portuguesa e para o Mundo Rural. A nível interno, deveria ser o primeiro ano da efectiva entrada em vigor do novo quadro comunitário da aplicação do PDR, Programa de Desenvolvimento Rural, situação que ainda não se verifica. A nível europeu, aproximam-se muitas decisões sobre várias OCM's, Organizações Comuns de Mercado, nomeadamente a das Frutas e Legumes, a do Vinho e a do Leite, áreas fulcrais para a Agricultura Portuguesa. Entretanto, Portugal assumirá a presidência da União Europeia no segundo semestre de 2007, residindo aqui uma oportunidade para colocar na ordem do dia o debate das questões prioritárias para o nosso País.

Simultaneamente, 2007 será um ano em que volta a estar em cima da mesa uma nova tentativa de liberalização do comércio agrícola mundial nas negociações da OMC, Organização Mundial de Comércio, em circunstâncias que tendem para o completo desmantelamento da Política Agrícola Comum, PAC, tal como (ainda...) a conhecemos.

Mas, sobre este ano que agora se inicia, a Agricultura Portuguesa entra já com mais desvantagens. Em primeiro lugar, porque o Orçamento de Estado para 2007 reduziu as verbas para a Agricultura em 10,3% face a 2006 e em 18,7% face a 2005. Em segundo lugar, porque quando já se devia estar a esclarecer os Agricultores sobre os novos apoios existentes, o MADRP ainda está a elaborar a proposta de PDR para apresentar a Bruxelas, tendo a Comissão Europeia 6 meses para se pronunciar, o que leva a crer que perderemos este primeiro ano de apoios. Em terceiro lugar, porque a proposta do MADRP//Governo para o PDR persiste em vários erros e agrava outros, como, por exemplo:

— Com o argumento da “competitividade”, as propostas do MADRP e do Governo apontam para concentrar a grande parte do dinheiro das Ajudas públicas nos beneficiários “do costume”:- os maiores proprietários (absentistas...), a grande agro-indústria e, mesmo, o turismo de luxo;

— Assim, sempre em nome da “competitividade”, vão continuar a ser muito prejudicadas:- a Agricultura Familiar, a preservação do ambiente e da paisagem rural, a produção de alimentos de boa qualidade alimentar, a defesa da biodiversidade e a ocupação activa do território com a fixação das Populações no meio rural.

Ora, eis aqui está o que é necessário contrariar !

O Executivo da Direcção Nacional da CNA



DESTAQUES

- A Reforma da Organização Comum das Frutas e Legumes
- BALADI e DGRF celebram protocolo para uma gestão activa dos baldios

CADERNO TÉCNICO

- Programa de Desenvolvimento Rural
- Breve Perfil dos Agricultores que realizaram os seus Pedidos de Ajuda através da CNA na Campanha 2006/2007

Dossier Técnico no âmbito da
Medida 10 do Programa Agro

A Reforma da Organização Comum das Frutas e Legumes



Por João Vieira

A 24 de Janeiro de 2007, em Lisboa e noutras capitais Europeias, a Comissão Europeia (CE) apresentou a sua comunicação sobre o que chama de “reforma profunda” da OCM, Organização Comum de Mercado, das Frutas e Hortícolas, a fim de - diz a CE - alinhar este sector com os outros sectores reformados da PAC, Política Agrícola Comum, e assim promover a “competitividade”.

Ora aí está, mais uma vez, este palavrão - “competitividade” - do neo-liberalismo que, de facto, significa preços mais baixos à produção, e nunca preços remuneradores à produção; que significa mais dinheiro público para os que já tem recebido muito, mais concentração, mais desertificação do território, causas e consequências da eliminação de um número crescente de Agricultores. Diz ainda a CE que pretende “orientar as produções para o mercado do sector das Frutas e Hortícolas”.

Mas, que quer isto dizer? Todos sabemos que as produções agrícolas sempre se fizeram para o mercado, local, regional e nacional. Então, de que “mercado” nos falam agora? Pois claro, querem “entalar-nos” cada vez mais no “mercado” internacional segundo as regras impostas pela OMC, Organização Mundial do Comércio, isto é, pelas regras que correspondem ao exclusivo interesse das multinacionais, sem fronteiras, sem instrumentos de gestão do dito, sem nenhuma espécie de protecção, isto é, um “mercado” regido pela “lei da selva”, o que também significa mais e mais importações desnecessárias para o nosso País.

Claro, que para dissimular as suas verdadeiras intenções, CE e OMC falam – como já antes falaram “blá-blá-blá” - na protecção do ambiente depois de terem incentivado, durante anos, e de continuarem a incentivar, o produtivismo e as práticas mais abusivas de um modelo de produção industrializado e intensivo. Dizem-nos ainda querer simplificar regras e carga administrativa,

o que é difícil de acreditar, pois sabemos que a burocracia, afinal, é um dos mais sólidos “pilares” da PAC... Aliás, cá dentro de Portugal e lá fora, quando os governantes falam em “simplificar”, aquilo que está a acontecer é que vão tentar eliminar ajudas...

É tão forte a vontade da CE em liberalizar o sector que, à cabeça, vem já com o desligamento das ajudas da produção. No caso, a produção de Tomate para transformação será profundamente atingida, o que é tanto mais inadmissível porquanto este sector tem feito a demonstração da sua capacidade e viabilidade. Temos aqui uma situação particularmente vulnerável e que é a dos Agricultores seareiros e rendeiros, tendo em conta que as ajudas são desligadas da produção mas continuam ligadas à terra. Então, a posse da terra vai ser uma questão fundamental para assegurar/confirmar os direitos daqueles que não são proprietários da terra mas que a cultivam.

Receber ajudas sem produzir não é opção do agrado dos Agricultores das Explorações Familiares. Pagar impostos para suportar ajudas desligadas da produção não é do agrado dos contribuintes... As decisões erradas de sucessivos governantes e o actual sistema desta PAC cada vez mais irracional **é que têm imposto aos Agricultores (e aos contribuintes...) tais medidas e orientações.**

A Comissão Europeia espera ver aprovada a reforma da OCM das frutas e legumes antes do fim do primeiro semestre de 2007 para que esta esteja em vigor em 2008. Isto significa que, desde já, nos devemos mobilizar para defender este sector importante da nossa actividade agrícola e evitar os efeitos mais perversos de mais esta reforma neo-liberal e destrutiva da produção.

O Governo Português pode e deve assumir todas as suas responsabilidades na defesa deste sector estratégico da Agricultura Portuguesa.

Por José Miguel

Inventário Florestal Nacional

O Ministério da Agricultura divulgou no passado dia 7 de Fevereiro o Inventário Florestal Nacional, resultante do levantamento efectuado em 2005/2006.

O inventário agora divulgado é da responsabilidade da Direcção Geral de Recursos Florestais – DGRF, e demonstra uma clara diminuição de todas as espécies (face ao último inventário de 1995/1998), à excepção do sobreiro, que sobe cerca de 3% e do pinheiro-manso que aumenta cerca 8%. Todas as restantes espécies, pinheiro bravo, eucalipto, azinheira, carvalho, castanheiro, outras folhosas e outras resinosas, decrescem na área por elas ocupada. As diminuições mais significativas são a do castanheiro com uma diminuição de 30%,

o pinheiro bravo com menos 27%, a azinheira com menos 16% e o carvalho com menos 10%. Quanto ao eucalipto decai em cerca de 4%.

A área geral de povoamentos diminuiu, em cerca de dez anos, de 3.201 para 3.137 milhares de hectares, ou seja, cerca de 2%, percentagem esta que não reflecte, à primeira vista, as piores estimativas dos efeitos dos incêndios, da última década, sobre a floresta portuguesa.

Facto inegável, é que a floresta Portuguesa está cada vez mais pobre e que algo terá de ser feito para que o desaparecimento das espécies autóctones não aconteça a curto prazo.

O inventário pode ser consultado em www.dgrf.min-agricultura.pt

Que rumo para a floresta nacional

A estratégia nacional para a floresta, publicada em Setembro de 2006 definiu um caminho de especialização do território em duas grandes áreas, a da floresta multifuncional e a da floresta intensiva.

As áreas destinadas à floresta intensiva (eucalipto e pinheiro) serão no futuro as áreas de menor risco de desertificação, ou, por outras palavras, de produtividade superior, logo, mais férteis.

Quer isto dizer que haverá uma migração e concentração das espécies de crescimento rápido para o litoral e para Norte.

Acresce a esta constatação as declarações recentes das celuloses que a produção de eucalipto em Portugal apenas cobre cerca de metade das necessidades desta indústria e as críticas dos produtores de eucalipto à impossibilidade de colocar esta espécie em solos pertencentes à Reserva Agrícola Nacional – RAN.

A somar a tudo isto o Ministro da Agricultura não descarta a possibilidade de instalação do eucalipto em solos RAN e o Governo apresenta um Programa de Desenvolvimento Rural – PDR

(que concentra as principais ajudas ao sector para os próximos 7 anos), que suporta exactamente esta deslocalização do eucalipto, chegando ao ponto de quase apoiar ao mesmo nível as espécies de crescimento rápido face as espécies de crescimento lento.

Somando todos estes dados e com um pouco de reflexão, fica a ideia que nos próximos anos Portugal poderá se transformar num reino do eucalipto, ocupando os seus escassos solos aráveis com esta espécie, facto que parece estar a passar um pouco ao lado de todos nós.



Por Vanda Santos

Forum Social Mundial de regresso a África 20 a 25 de Janeiro de 2007 – Nairobi, Quénia



A 20 de Janeiro de 2007 foi inaugurada a sétima edição do Fórum Social Mundial, no Parque Uhuru, no centro de Nairobi (Quénia), frente a uma multidão de dezenas de milhares de activistas sociais de África e do mundo.

A Via Campesina – aliança global de organizações de camponeses, agricultores familiares, povos indígenas, e sem terra, trabalhadores agrícolas, e de mulheres e jovens rurais, que a CNA integra – participou neste evento com uns 50 delegados, de diversos países e continentes e lançou, no Fórum, o capítulo africano da **Campanha Global pela Reforma Agrária**.

Esta campanha desenrola-se na América Latina desde 1996 e os seus bons frutos começam a ser colhidos em terreno africano. Um dos seus objectivos é a luta contra a fome.

No lançamento da Campanha, Diamantino Nhampossa, de Moçambique, representante da UNAC (União Nacional de Camponeses, que se fez representar no V Congresso da CNA) e coordenador da Via Campesina em África, fez referência à crueldade da colonização e às lutas a favor da libertação dos africanos: *“Há 500 anos, o colonialismo tomou as nossas terras. Desde a década de 80, as nossas terras estão a ser tomadas pelo Banco Mundial. Actualmente, só nos resta mobilizarmo-nos e organizar campanhas como esta, para motivar as pessoas a lutar pelos seus direitos”*.

(O artigo tem por base as notas de imprensa lançadas pela Via Campesina durante o Fórum. Para mais informações: www.viacampesina.org)

NYÉLÉNI 2007 - FÓRUM PARA A SOBERANIA ALIMENTAR

23 a 27 Fevereiro 2007- Sélingué, Mali - África

Co-organização da Via Campesina e diversos movimentos sociais



Os 3 objectivos chave:

- Aprofundar o conceito de “soberania alimentar”: o que significa? que tipos de produção e consumo defendemos?
- Fortalecer o diálogo e a construção de alianças entre sectores e grupos;
- Estabelecer estratégias colectivas, uma agenda colectiva de acção.

Os 7 temas centrais:

- Políticas do comércio internacional e os mercados locais;
- Tecnologia e conhecimento local;
- Acesso e poder sobre os recursos naturais;
- Gestão dos territórios e direito de acesso aos recursos naturais;
- Conflitos e desastres - como responder ao nível local e internacional;
- Condições sociais e emigração forçada;

- Modelos de produção: impactos nas pessoas, no trabalho e meio ambiente.

Os Participantes:

Serão 500 delegados, organizados e alojados em 7 grupos regionais: África; Ásia Oeste e Central; Sul Asiático; Este e Sudeste Asiático; América do Norte (incluindo México); América Latina e Caribe; Europa

Os resultados a atingir:

- **Síntese e Agenda de acção:** o que é a soberania alimentar e que estratégias para a alcançar.

- **Declaração Política:** resumo da síntese num apelo claro à acção.

- **Reportagens:** editadas e disponíveis durante o Fórum e meses seguintes.

(Informações mais detalhadas disponíveis em <http://www.nyeleni2007.org>)



Programa de Desenvolvimento Rural

Por Roberto Míleu



A última versão apresentada pelo MADRP (04/12/2006) estará muito próxima da “versão final”.
Cremos, no entanto, ainda ser possível ao Governo corrigir aspectos e distorções que, em nome da CNA e da Agricultura Familiar Portuguesa, aqui deixamos, alguns deles já expressos ao longo das “consultas” e reuniões com o MADRP/Gabinete do Planeamento.

1 - DISTRIBUIÇÃO ENTRE EIXOS

Desde a primeira versão que discordámos da proposta de alocação de verbas ao Eixo 1 ser superior ao Eixo 2 pelas razões que expusemos.

Nesta última versão, o Plano Financeiro Total, que implica uma Despesa Pública de 4.541 milhões de euros (3.514 do FEADER e 1.027 de participação nacional) reparte 45,9% para o Eixo 1 e 39,7% para o Eixo 2.

Um desequilíbrio que a situação real da Agricultura e do Mundo Rural Português não justifica, ainda que em nome da “competitividade”, quando seria preferível apostar na viabilização e não num grupo restrito de potenciais ... ou já reais “competitivos”.

Acresce ainda que dentro destas alocações, no Eixo 2 estão incluídos pagamentos relacionados com compromissos transitados do actual QCA (Indemnizações Compensatórias, Agro-Ambientais, etc.), pelo que consideramos insuficiente a alocação proposta para um Eixo que visa a Gestão Sustentável do Espaço Rural através de:

- Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas;
- Valorização dos Recursos Naturais;
- Gestão do Espaço Florestal e Agro-Florestal;
- Intervenções Territoriais Integradas;
- Investimentos de Requalificação Ambiental.



2 - PROGRAMAS E MEDIDAS

Constatamos que algumas das propostas da CNA foram consideradas (apoios à manutenção e recuperação de Variedades Regionais, acesso dos Baldios e suas Organizações Representativas aos apoios que lhes dizem respeito, apoios à Pequena Agricultura, eficácia e eficiência prática na Instalação de Jovens Agricultores, Modulação e Plafonamento nas Indemnizações Compensatórias e Agro-Ambientais, reforço dos valores unitários para os escalões mais baixos).

Mas constatamos também que outras propostas que a CNA considera importantes não mereceram acolhimento:

- A continuação e melhoria da Medida Reforma Antecipada (agora extinta para o Continente e mantida nos Açores);
- O apoio aos Investimentos nas Pequenas Explorações (até 25.000 euros) ser em subsídio não reembolsável e não como está proposto (bonificação de juros, obrigando os Agricultores a recorrer à Banca);
- O apoio a sistemas tradicionais de explorações diversificadas e complementares com baixos consumos de factores de produção exterior e sem alternativas;
- Os modos e formas da Formação Profissional e respectivos apoios;
- O apoio ao Associativismo Agrícola;
- Os apoios ao Desenvolvimento (Aconselhamento e Gestão Agrícola);
- Apoios à desconcentração da produção com prioridade para as zonas do interior e desfavorecidas;

Há, ainda, uma relativa confusão/indefinição no que respeita às futuras Medidas Agro-Ambientais:

- Resumir-se-ão à Produção Integrada, Produção Biológica, à Biodiversidade Doméstica e aos Recursos Genéticos ?

É certo que havia, no Quadro anterior, uma panóplia de Medidas e Sub-Medidas feitas parece que “de propósito” para uma minoria de detentores de grandes áreas e efectivos (e essas eram de acabar), mas também havia outras necessárias e adequadas a explorações e sistemas característicos da Agricultura Familiar e do Interior do País que importaria continuar e melhorar.

Não ficam claros os apoios à obrigatoriedade de Investimentos relativos ao Licenciamento das Explorações de Bovinos (obras e efluentes) e se eles se resumem ao limite de 10.000 euros é insuficiente.



3 - FILEIRAS ESTRATÉGICAS

Concordando com a prioridade dos apoios à Olivicultura – Fruticultura – Horticultura – Floricultura e Viticultura, consideramos, no entanto, que no nosso País a Bovinicultura de Leite, os Bovinos de Carne, os Ovinos e Caprinos deveriam igualmente ser considerados prioritários, quer atendendo à sua importância económica, social e rural (leite), quer ao elevado grau de dependência externa (carne de bovino, etc.).

Preocupam-nos, igualmente algumas situações de aparente contradição entre os 2 Pilares da PAC:

- Prioridade no 2º Pilar para a Viticultura ao mesmo tempo que a Comissão Europeia ameaça com o arranque de 400.000 hectares de Vinha e outras restrições;
- Prioridade para a Olivicultura quando se resolvem incluir as Ajudas ao Azeite no RPU (desligadas da produção);

- Prioridade para a Horticultura e Fruticultura quando paira a ameaça do Desligamento das Ajudas da Produção e a inclusão no RPU.

Por último queremos deixar aqui expressa:

- A necessidade de envidar todos os esforços para que a regulamentação relativa ao PDR 2000-2013, bem como os formulários de candidaturas estejam disponíveis e “operacionais” o mais rápido possível, atendendo a que Janeiro de 2007 é “já a seguir” e a má experiência de Quadros anteriores não se deve repetir;
- A necessidade de tudo ter preparado para que os pagamentos sejam feitos a “tempo e horas” e não haver repetições de atrasos inadmissíveis que tanto mal causaram (e causam) aos Agricultores e suas Organizações.



Breve perfil dos Agricultores que realizaram os seus Pedidos de Ajuda através da CNA na Campanha 2006/2007

Por Pedro Santos

Tendo por base o universo dos agricultores que realizaram o seu pedido de ajudas na campanha 2006/2007 através da CNA, elaborou-se um pequeno estudo de caracterização dos agricultores e das suas explorações.

Como parâmetros de caracterização apresentamos o sexo e a idade como forma de caracterização dos agricultores, já no que diz respeito às explorações caracterizou-se a dimensão (área e n.º de parcelas), recorreu-se ainda às candidaturas às ajudas que cada agricultor realiza de forma a obter uma caracterização mais específica das suas explorações.

Fórmulas de cálculo dos dados apresentados:

- Sexo e Idade dos Proprietários das Explorações – tomou-se como amostra os agricultores que preencheram o Pedido de Ajuda de Superfícies – Modelo A, através da CNA;
- Área, Parcelas, Indemnizações Compensatórias (IC's) e Medidas Agro-Ambientais (MAA's) – tomou-se como amostra os agricultores que se candidataram, pela CNA, às ajudas;
- Animais – tomou-se como amostra os agricultores que preencheram o Pedido de Ajuda de Animais – Modelo N, através da CNA.

Sexo e Idade

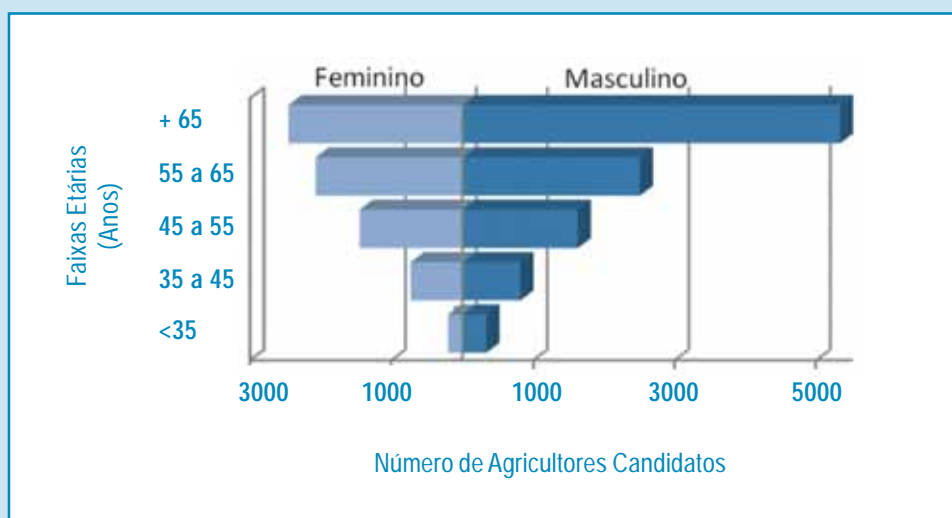


Fig.1 - Pirâmide Etária dos Agricultores que realizam o seu Pedido de Ajudas através da CNA



Área e Número de Parcelas por exploração

Tab. 1 – Área média da exploração e Número médio de parcelas por exploração

Área Exploração (ha)	Parcelas Por Exploração (n.º)
6.53	10.40

Como se pode verificar a área média de exploração é baixa comparando por exemplo com 10,4 ha apresentados no Plano de Desenvolvimento Rural 2007 – 2013.

Conclusão que se pode observar de modo mais acentuado se considerarmos o número de explorações com menos de 2 ha, que representam 45 % do total. É ainda importante referir que o valor médio da área de exploração só não é ainda mais baixo devido à importante utilização que os agricultores fazem das áreas de baldios, áreas essa que foram incluídas neste cálculo.

No que diz respeito à idade dos candidatos, esta oscila entre os 18 e os 98 anos e, como se pode verificar através da observação da fig.1, a grande maioria dos agricultores têm mais de 65 anos (cerca de 40% do total). Este valor contrasta com os apenas 3% que a faixa etária dos agricultores com idade inferior a 35 anos representa. Se considerarmos, por exemplo, que os 40 anos são a idade máxima para efeitos de Prémio à primeira instalação de Jovens Agricultores, apenas 12 % dos agricultores cumprem essa condição.

Em relação ao sexo dos titulares das explorações, verifica-se que 41% são do sexo feminino e 49 % são do sexo masculino.



Distribuição do Número de Candidatos em Função do tipo de Ajuda

Indemnizações Compensatórias (IC's) e Medidas Agro-ambientais (MAA's).

Tab. 2 – Número de Candidatos a IC's e MAA's

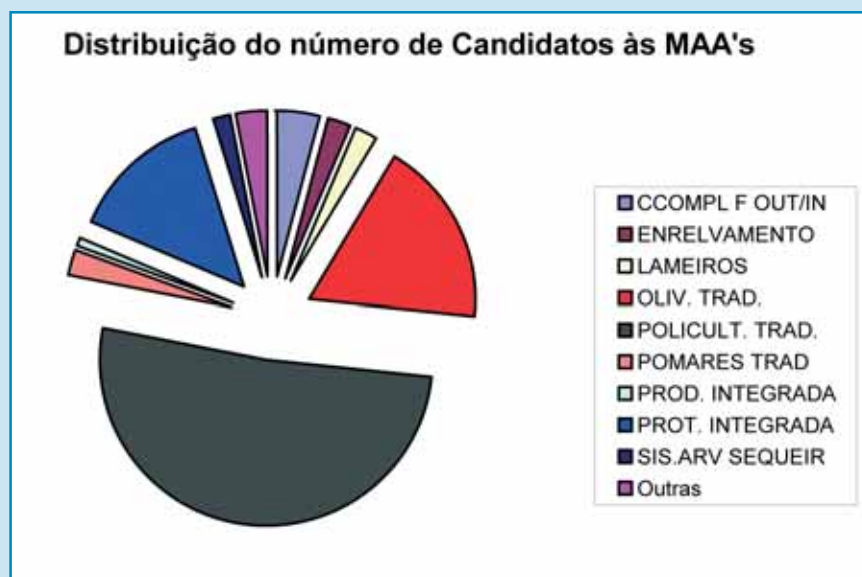
IC's (n.º)	MAA's (n.º)
10088	6824

Em relação às Indemnizações Compensatórias, verifica-se que 56,20% dos agricultores que apresentam o seu pedido de ajudas através da CNA se candidatam a esta medida. Este valor cai para 38% quando se refere a Medidas Agro-Ambientais.



Distribuição dos Candidatos pelas diferentes Medidas Agro-Ambientais

Fig 2 – Número de Candidatos às diferentes MAA's



As medidas com maior adesão por parte dos agricultores são a Protecção Integrada, o Olival Tradicional e os Sistemas Policulturais Tradicionais. Estas duas últimas medidas, ao que tudo indica, serão extintas no próximo Plano de Desenvolvimento Rural (2007-2013).

Bovinicultura e Ovinicultura

Tab.4 – Candidatos ao Prémio à Vaca Aleitante e número de cabeças médio normais por exploração do candidato

Número de Candidatos	CN por Exploração
1749	3.78

Cerca de 24,69 % dos agricultores que preencheram o modelo N, candidataram-se ao prémio à vaca aleitante, sendo que em média estes agricultores possuem 3.78 CN por exploração.

Tab.5 – Candidatos ao Prémio ao Abate e ao Prémio aos Produtores de Produtos Lácteos

Candidatos Prémio Abate	Produtores de Produtos Lácteos
3722	500

O número de candidatos ao prémio ao abate é de 3722, o que representa 52% do total de agricultores. No que diz respeito ao prémio aos produtores de produtos lácteos, apenas 500 agricultores aderiram a esta ajuda, o que comprova que a grande maioria dos agricultores que recorrem aos serviços da CNA se dedicam à produção de carne.

Em relação aos pequenos ruminantes, verifica-se um total de 1802 agricultores que se candidataram ao prémio por ovelha e cabra. Em termos de expressão, esta é idêntica ao número de candidatos ao prémio à vaca aleitante, cerca de 25% do total.

Considerações finais

Em suma, verifica-se que a grande maioria dos agricultores que recorrem aos serviços da CNA e suas associadas, são de pequena dimensão, com pequenos efectivos animais, com explorações de áreas muito reduzidas e muito fraccionadas.

Os titulares das explorações são já de idade avançada, tendo a maioria mais de 65 anos.

Estes agricultores já envelhecidos, detentores de pequenas explorações, praticam uma agricultura que poderá não ser a mais competitiva, mas que realiza uma função social e ambiental importantíssima quer ao nível da fixação de populações no já desertificado interior do nosso país, quer ao nível da preservação dos ecossistemas onde estão inseridos. Como tal têm de ser apoiados, apoio esse que não deve passar, por exemplo, pela extinção da Medida Agro-Ambiental "Sistemas Policulturais Tradicionais".





CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

PLANO DE FORMAÇÃO - 2007

1º Semestre

Destinado a Técnicos Agrícolas

ACÇÃO DE FORMAÇÃO	N.º Horas	Local de Realização	Período de Realização (*)	Destinatários	Horário	Condições Necessárias
Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho	105	Porto	9 de Abril a 10 de Maio	Técnicos	Pós-Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Operacionalização da Formação III	78	Coimbra	13 de Março a 5 de Maio	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Planeamento da Empresa Agrícola	70	Coimbra	7 de Maio a 14 de Junho	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Produção Integrada de Hortícolas - Família das Apiáceas	39	Coimbra	7 de Março a 10 de Abril	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Produção Integrada de Hortícolas - Família das Asteráceas	39	Coimbra	7 de Junho a 7 de Julho	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Produção Integrada de Hortícolas - Família das Cucurbitáceas	39	Coimbra	7 de Maio a 5 de Junho	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Produção Integrada de Hortícolas - Família das Liliáceas	39	Coimbra	11 a 26 de Junho	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Produção Integrada de Hortícolas - Família das Quenopodiáceas	39	Coimbra	28 de Junho a 10 de Julho	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Produção Integrada de Hortícolas - Família das Rosáceas	39	Coimbra	2 a 17 de Abril	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Distribuição, Comercialização e Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos	77	Coimbra	12 de Março a 3 de Abril	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Modo de Produção Biológico - Vegetal	35	Coimbra	27 de Junho a 6 de Julho	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Plantas Aromáticas, Medicinais e Condimentares	35	Coimbra	26 de Abril a 4 de Maio	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Gestão de Resíduos Provenientes de Explorações Agrícolas	60	Coimbra	23 de Julho a 9 de Agosto	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Sistemas de Informação Geográfica - ArcGis	60	Coimbra	11 de Junho a 27 de Julho	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Potencialidades dos Recursos Naturais no Mundo Rural	60	Coimbra	19 de Abril a 16 de Maio	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados

(*) sujeito a confirmação

NOTA: As fichas de inscrição devem ser enviadas até 15 dias antes do início da acção, acompanhadas de *curriculum* e respectivos documentos justificativos.

INSCRIÇÕES:



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
RUA DO BRASIL, 155 - 3030 - 175 COIMBRA



239 70 89 60



E-mail: form.profissional@cna.pt

Url: www.cna.pt



239 71 53 70



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas



UNIÃO EUROPEIA
FUNDO SOCIAL EUROPEU

BALADI e DGRF celebram protocolo para uma gestão activa dos baldios

*Por Berta Santos**

O Movimento Associativo dos Baldios, tendo tido a sua génese na Revolução Democrática do 25 de Abril de 1974, na outorga dos Baldios aos seus legítimos donos, os Compartes, cedo despertou para a criação de estruturas distritais e regionais, que mais tarde, deu origem à Federação Nacional dos Baldios – BALADI.

Na história deste amplo Movimento Associativo, para além da intrépida defesa do património baldio, enquanto propriedade comunitária, milhares de compartes, organizados pelos seus Secretariados de Baldios, tocaram os sinos a rebate e por 17 vezes foram forçados a deixar as suas aldeias, os seus afazeres e caminhar para a Assembleia da República, sempre que esta tentou alterar a Lei dos Baldios.

Foram tempos difíceis, para os compartes de Portugal. Ao mesmo tempo, que se

organizou a resistência e a luta, continuaram-se a fazer obras, que transformaram o quotidiano das nossas aldeias, hoje em espaços onde dá gosto viver. Trabalho e luta, mas também propostas e reclamações feitas aos sucessivos governos de Portugal, em Encontros e Conferências e reiteradas na 5ª Conferência Nacional dos Baldios, realizada pela BALADI em Abril de 2006, na cidade de Viseu, com a participação do actual Ministro da Agricultura. Foram e são propostas que não perderam a sua validade, quanto à reclamação da autogestão aos baldios que o requeiram, bem como, uma verdadeira postura da Administração Pública, enquanto entidade co-gestora, no apoio técnico à gestão deste rico e diversificado património de valor incalculável, nas suas vertentes: económico, social, cultural, paisagístico e ambiental. —>



*Dirigente da BALADI



Mais vale tarde do que nunca!

30 Anos volvidos após a promulgação do Decreto-lei 39/76 (primeira Lei dos Baldios); 13 anos depois da actual Lei 68/93; 10 anos passados da publicação da Lei de Bases da Política Florestal e da recém publicação dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal – PROFs, parece ter chegado finalmente a hora do Estado cumprir com as suas obrigações, ou seja, a elaboração dos Planos de Utilização dos Baldios – PUB.

Valeu a pena, a acção persistente do Movimento dos Baldios, para que o Estado assumisse e reconhecesse a necessidade de recuperação do potencial que representa a gestão do espaço baldio, em estreita articulação com os compartes, vitalizando estes recursos, numa perspectiva do desenvolvimento sustentado do Mundo Rural.

Com o recém celebrado Protocolo entre a

DGRF e a BALADI, para a elaboração dos PUB numa área comunitária de 350 mil ha, assinado no passado dia 16 de Fevereiro de 2007, no Baldio de Ansiães, Amarante, cumpre-se finalmente uma velha reclamação das comunidades baldias e satisfaz-se o preceituado da Legislação que perdura à décadas e que é condição essencial para a alteração do progressivo estado de abandono e descaracterização a que tem sido votadas dimensões apreciadas dos nossos espaços de montanha. Pela primeira vez, vamos ter oportunidade de fazer um verdadeiro cadastro cultural dos baldios, inventariar os emergentes problemas do nosso mundo rural, dotar as entidades gestores dos baldios de um instrumento de gestão e planeamento, apontando as principais propostas de intervenção nos espaços comunitários. É este, o grande desafio que os Secretariados dos Baldios e a BALADI vão ter nos próximos 2 anos. ■

NACIONAIS

Dias 6 e 7

A AADS, Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal, promoveu a “VI Festa da Batata Doce”, na Carrasqueira.

Neste âmbito realizou-se um debate com o tema “20 anos de adesão à União Europeia – que efeitos?” em que participaram João Vieira, membro da Direcção Nacional da CNA e Avelino Antunes, conselheiro da CNA e assessor da AADS.

Dia 11

A FAGRORURAL realizou uma reunião em Vila Real de Trás-os-Montes, com Dirigentes e Técnicos Associativos das Associações filiadas e colaborantes da CNA, bem como com Professores Universitários, para análise do PDR 2007-2013. Da análise feita, seguiram algumas propostas para alteração do mesmo a serem incluídas no parecer da CNA.

Dia 18

A Liga para a Protecção da Natureza, convidou a CNA a fazer-se representar no Workshop “Financiamento Natura 2000” realizado na Casa do Ambiente e do Cidadão.

Pela CNA estiveram Roberto Mileu e Ângela Dias.

Dia 18

Reunião de Trabalho da AIFO – Associação Interprofissional da Fileira Olivícola, para discussão do Plano de Actividades.

Lucinda Pinto representou a CNA.

Dia 23

A DRABL, Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral, convidou a CNA para uma sessão de apresentação do PDR, Programa Desenvolvimento Rural, 2007-2013 para a Região Centro. A iniciativa,

promovida pelo GPPAA, Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, realizou-se no Cine-Teatro Avenida de Castelo Branco.

Aníbal Cabral participou em representação da CNA.

Dia 23

A CNA deu uma conferência de imprensa em que foram abordados os temas: “Atrasos na Campanha das Candidaturas às Ajudas” e “PDR 2007-2013”.

Presentes pela CNA estiveram João Dinis, Alfredo Campos, Armando de Carvalho e Isménio de Oliveira.



Dia 24

Apresentação da proposta de reforma da OCM, Organização Comum de Mercado, do sector das Frutas e Produtos Hortícolas pela Comissão Europeia, na sede da representação da UE em Portugal.

João Vieira e Lucinda Pinto representaram a CNA.

Dia 29

Na sequência de vários pedidos de audiência da CNA para apresentar

conclusões do “V CONGRESSO DA CNA e da Agricultura Portuguesa” bem como para debater alguns assuntos prementes tais como o PDR 2007-2013 e o QREN, Quadro de Referência Estratégico Nacional, o Secretário-Geral do PCP concedeu uma audiência.

João Vieira, Mário Eugénio e Roberto Mileu representaram a CNA.

Dia 29

A FAGRORURAL realizou uma Conferência de Imprensa com o tema: “Programa de Desenvolvimento Rural – PDR, enforma dos mesmos vícios dos QCA anteriores”.

Dia 30

Reunião com o Presidente do IDHRa, Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica. Discutiram-se assuntos relacionados com Formação Profissional e com o PDR 2007-2013.

Pela CNA estiveram Roberto Mileu e Alfredo Campos.

Dia 30

Reunião com o Gestor do AGRO para discussão de questões relativas à Formação Profissional e ao PDR 2007-2013.

Em representação da CNA estiveram Roberto Mileu e Alfredo Campos.

Dia 31

116ª Sessão do Conselho Técnico de Protecção da Produção Agrícola, em Lisboa, na Tapada da Ajuda, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Espécies Hortícolas, Milho, Batata, Espécies Forrageiras, Pratenses e Proteaginosas, Diversos.

Pela CNA, esteve Roberto Mileu

FICHA TÉCNICA

Editor: Confederação Nacional da Agricultura – CNA • Morada: Rua do Brasil, 155 – 3030-175 COIMBRA • Telefone: 00351 239 70 89 60
Fax: 00351 239 71 53 70 • E-mail: cna@cna.pt • URL: www.cna.pt • Director: João Dinis • Coordenador dos Serviços Agro-Rurais: Roberto Mileu •
Coordenador Executivo: José Miguel • Recolha e Organização de Textos: Sílvia Ferreira Borges • Fotos: Arquivo da CNA • Redactores do Caderno Técnico:
Roberto Mileu e Pedro Santos • Colaboradores neste número: Berta Santos, Vanda Santos e Cristina Branco • Periodicidade: Bimestral •
Tiragem: 10 000 exemplares • Depósito legal: 180302/02 • Composição, Fotolitos e Impressão: AT-Loja Gráfica